

Recebido em 23/01/2020. Aceito em 05/04/2020.

LÍNGUA PORTUGUESA E CONSTITUIÇÃO ESTRUTURAL

Priscila Ferreira de Alécio¹

Leandra Inês Seganfredo Santos²

A obra “Estrutura da Língua Portuguesa: Edição Crítica” tem em seu bojo os processos de compreensão da língua portuguesa, bem como as regras que circundam nela, sob edição de Emílio Pagotto, Maria Cristina Silva e Manoel Mourivaldo Santiago Almeida. De início os organizadores expõem os pontos que foram mudados do livro *Estrutura da Língua Portuguesa* na versão de Mattoso, para a versão atual. Mudanças essas que decorreram, para melhor compreensão do leitor, ou para atualizações, tendo em vista o novo acordo ortográfico.

No que concerne às mudanças ocorridas na edição crítica, na apresentação, os editores dão a base geral de quais as mudanças que o livro apresenta, se comparado com a edição anterior. De início, denotam a importância da obra de Mattoso, *Estrutura da Língua Portuguesa*, antes dessa edição. Segundo eles, a obra inicial pôde contribuir para a formação na Linguística Teórica.

Na sequência, explanam alguns critérios adotados, sendo eles de cinco naturezas: macroestruturais, de diagramação, textuais, normativas e de atualização de caracteres gráficos. Um dos aspectos interessantes da edição crítica são as notas editoriais, ao final de cada capítulo, para auxiliar o leitor na compreensão.

Quanto aos aspectos macroestruturais, percebe-se duas mudanças em relação a obra anterior, o acréscimo de títulos as seções, que contribuem para a organização no processo de leitura e as bibliografias que eram ausentes. Foram necessárias também algumas alterações textuais, como a troca de uma palavra por outra, como no exemplo trazido na seção 6, na obra anterior, a frase é da seguinte forma: “ Isso não quer dizer que a gramática descritiva seja um bloco monopolítico”, e passou a ser “Isso não quer dizer que a gramática descritiva seja um bloco monolítico”. Segundo os editores, o termo “monopolítico” não seria adequado ao contexto.

- 1 Graduada em Letras Língua Portuguesa/Língua Inglesa pela Universidade do Estado de Mato Grosso, atualmente participa do Projeto Diversidade e Variação Linguística em Mato Grosso (DIVALIMT) e é Mestranda do Programa de Pós Graduação em Letras (Strictu Senso) na área de Estudos Linguísticos com pesquisas concernentes à Sociolinguística e Perceptual Dialectology.
- 2 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994), mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (2005), doutorado em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada) pela UNESP (Rio Preto) e Pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUCSP). É professora concursada na Universidade do Estado de Mato Grosso.

Algumas alterações são significativas também no que concerne ao cunho normativo, ou seja, realizaram-se devido a equívocos gramaticais, assim como os sinais de pontuação, que configuram, na obra atual, maior consonância com as normas.

Alterações nos caracteres gráficos, principalmente com relação ao acordo ortográfico, sendo esta edição atualizada de acordo com o vigente. No que concerne a formatação do texto, a edição crítica coaduna com as normas, principalmente no que diz respeito às citações diretas, até três linhas, o uso de aspas, acima de número, recuo no texto a ser transcrito. Os símbolos fonéticos também foram atualizados segundo o Alfabeto Fonético Internacional.

A seguir, fazem uma introdução à formação da língua, para isso expõem as noções de gramática. No primeiro capítulo intitulado gramática e seu conceito é discorrido sobre o que é a gramática, de início pela descritiva ou sincrônica: “estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona num dado momento.” Ao empregar este termo sem outro qualificativo, há o entendimento que é um estudo do momento atual. A normativa refere à arte de escrever e falar corretamente. Nos estudos Saussureanos houve a divisão em sincronia e diacronia, que por sua vez, almejava transformar a gramática em uma disciplina independente.

No segundo capítulo, intitulado “Variabilidade e invariabilidade da língua” há a compreensão que a língua varia de acordo com o contexto de forma que cria dialetos, assim como no próprio indivíduo, surgem, de acordo com as circunstâncias, uma variedade. Roman Jakobson afirma que o princípio das invariantes é que faz a criação das normas linguísticas. Ainda nesse ponto, o autor discorre no que concerne à diferença, eminente, entre língua e fala, Ambas são totalmente diferentes, sendo a escrita o modelo que a escola privilegia. Dessa forma, o aluno adentra na escola dominando a linguagem familiar que é diferente do processo de escrita.

No capítulo intitulado “a técnica da descrição linguística”, há presença dos conceitos chaves de homonímia e polissemia, presentes nas línguas, em que a polissemia assume a possibilidade de uma forma possuir outros sentidos, já a homonímia, as mudanças decorrem também na organização sintática da frase.

A fim de que haja melhor compreensão da constituição da língua, o autor dividiu em duas partes em que a primeira trata dos processos fonológicos e a segunda da morfologia da língua. Nessa construção está o capítulo “Sons vocais elementares e fonemas” que inicia com a discussão do surgimento da fonologia em complemento com a fonética para que, de fato, os sons da língua fossem registrados. Nos princípios de Saussure houve a criação dos fonemas. Para a distinção da fonêmica, ou seja, a fonologia, a transcrição das palavras, ocorre por intermédio de barras (/); já para a fonética ocorre entre colchetes ([]). A alofonia que é a alteração do fone ocorre devido às variantes, e esta pode ocasionar na confusão dos sentidos, no que se refere ao aprendizado de uma língua estrangeira, por exemplo. Para ilustrar, o autor trouxe o <th> que pode ser pronunciado por um brasileiro como /t/ ou /s/. Assim, a frase *It is thin* (é delgado) pode soar como *It is Tin* (é uma lata) *it is sin* (é um pecado). Por fim, Camara Junior ressalta que a classificação articulatória pro-

movida por Jakobson é atualmente a utilizada no ensino, e são classificadas como labiais, labiodentais, dentais, alveolares, pré-palatais, médio palatais e velares.

As “vogais e as consoantes portuguesas” formam o quinto capítulo, que trata da importância do acento, intensidade, ou força expiratória, que associada ao tom da voz constitui a posição para caracterização da sílaba. A harmonização vocálica é um procedimento que determina um sentido a palavra por meio de apenas uma vogal diferente. Duas palavras podem ser muito semelhantes na fala, porém possuem noções diferentes. As palavras ‘comprido’ e ‘cumprido’ possuem semelhanças, no entanto, uma refere-se a uma medida e a outra a execução de algo, respectivamente.

O sexto capítulo trata das “estruturas da sílaba em Português” que aborda quando o reconhecimento da sílaba ocorre devido ao efeito sonoro, da força expiratória e do encadeamento articulatório das sílabas na produção vocal. O fenômeno da ligação ocorre no processo da fala, em que tem-se um substantivo com o adjetivo e o verbo com o respectivo complemento. Um exemplo é a sentença ‘falas hoje’ que no ato de fala, /fa-la-zo-i/. Nesse caso, a consoante final liga-se a vogal sonora, de início da palavra seguinte.

A “acentuação e o vocábulo fonológico” constituem o sétimo capítulo com foco na força expiratória, ou seja, o acento; este, por sua vez, depende da intensidade de emissão para que tenha sentido. Constitui como demarcativo e distintivo em que culmina para o entendimento e diferenciação de palavras, como no exemplo jaca, (uma fruta brasileira) e jacá (uma espécie de cesto).

Na segunda parte do livro há abordagens concernentes com a morfologia da língua, como é sua estrutura. O “vocábulo formal e a análise mórfica” constituem o oitavo capítulo. Ao contrário da fala, a apresentação do vocábulo formal apresenta-se na escrita. As convenções da escrita diferem-se da fala devido ao maior rigor e normativa que esta possui. A análise mórfica consiste no radical, que é a estrutura da palavra, aquela invariável, em consonância com as outras terminações das palavras que delimitam gênero, número e grau. Uma amostra desse fato é o verbo ‘falar’, que na primeira pessoa do plural, ‘falamos’, foi acrescida a parte que não varia, o sufixo determinante -mos, que indica a pessoa e o número que está conjugado. Pode-se notar que essas terminações mudam ao referir-se ao tempo futuro, assim, ocorre variação na constituição da palavra.

No nono capítulo, a “classificação dos vocábulos formais”, discorre sobre o critério morfossemântico, haja visto que os critérios mórfico e semânticos estão ligados. Os vocábulos são tratados como nomes que são associados às coisas. Para que os vocábulos tenham ligação, são necessários que possuam conectivos, e estes pertencem às classes menores. Os conectivos podem ser coordenativos ou subordinativos a depender das circunstâncias que são utilizados.

No décimo capítulo, trata sobre “o mecanismo de flexão de língua portuguesa” que apresenta-se no português como objetos posteriores ao radical. Os adjetivos portugueses quando acionados alguns elementos postônicos, em especial o sufixo, transformam-se em grau do adjetivo, como o exemplo a palavra ‘triste’ que torna-se ‘tristíssimo’. Os sufixos flexionam-se em gênero e número, o primeiro

acondiciona-se na forma masculina e feminina e o segundo em singular e plural. A vogal temática que delimita de qual conjugação pertence o verbo, se termina em -ar, primeira, -er segunda e -ir terceira.

O décimo primeiro capítulo aborda “o nome e suas flexões”, que discute como os substantivos e adjetivos caminham juntos. O adjetivo caracteriza, qualifica o substantivo. No que concerne à flexão de gênero o autor trata da importância dessa discussão tendo em vista que nem sempre um oposto a uma palavra é outro gênero. Há, por exemplo, casos de seres como ‘cobra’ que não tem uma palavra que a distingue como macho ou fêmea, e sim a caracterização da palavra ‘cobra macho’ e ‘cobra fêmea’. Outra flexão nominal que Câmara Junior trata é a de número, ou seja, ao inserir um sufixo que pluraliza, a palavra descreve uma situação coletiva, com exceção dos substantivos coletivos que, por si só, delimitam um conjunto. Na maioria das palavras, basta adicionar o morfema /s/ para que esta pluralize-se.

A “significação geral das noções gramaticais do verbo” constitui o décimo segundo capítulo. Nesse tópico o autor trata dos fatores que trazem o sentido para o verbo, nesse caso o pretérito e o presente para que tenha-se a noção de futuro. No que concerne as formas nominais tem-se o infinitivo, gerúndio e particípio sendo o primeiro a forma mais indefinida do verbo. Gerúndio é caracterizado como imperfeito, um processo que ainda não foi concluído de modo que o particípio é conclusivo e perfeito, finalizado.

A “flexão verbal portuguesa – o padrão geral”, é o que trata o décimo terceiro capítulo que discorre sobre a conjugação que muda o verbo da fase do infinitivo para uma palavra que pode denotar o tempo e o número, de acordo com os sufixos que lhes são colocados. A tonicidade do verbo em português incide sobre a vogal temática. Há também a possibilidade da vogal temática ser nula, como no exemplo, ‘cantar’, quando conjugado no presente, em primeira pessoa do singular, a vogal temática -a deixa de existir, de modo que é substituída por -o, que é o sufixo denotativo para esse tempo verbal. O autor expõe alguns quadros comparativos exemplificando onde a vogal temática é substituída e permanece.

O décimo terceiro capítulo aborda “os padrões especiais dos verbos em português” ou seja, há, em sua maioria, verbos regulares que são conjugados de acordo com os tempos e modos verbais, no entanto, há também alguns verbos que não seguem essa regra, ditos irregulares. São pequenos grupos de verbos que seguem um padrão não comum, em relação ao regulares. Faz menção também aos processos de nasalização presentes na língua portuguesa como a vogal ‘m’ por exemplo.

Por fim o último capítulo trata dos “sistemas de pronomes em português” que consiste na noção de pessoa, utilizado ao invés do emprego repetitivo de nomes e de substantivos próprios. O pronome comum utilizado atualmente é o ‘você’ que vem do pronome ‘tu’ segunda pessoa do plural. Os pronomes possessivos indicam posse de algo, bem como um identificador de pertença a alguém, exemplo ‘sua opinião’.

Nas últimas páginas dos livros, os organizadores fazem algumas notas para que o leitor possa situar-se no transcorrer da obra, além das referências bibliográficas

que foram utilizadas. Dessa forma tem-se alguns esclarecimentos no que concerne a versão inicial.

Assim o livro faz um percurso gramatical e fonológico de aspectos das línguas, não somente da língua portuguesa, mas pauta-se em questões que envolvem também outras línguas, informações úteis para aqueles que almejam estudar um novo idioma. Essa obra tem uma base que pode ser utilizada nos cursos de Letras, haja visto o quão esclarecedor e informativo é. Nessa perspectiva, é um manual que poderia ser adotado nas universidades que ofertem cursos de licenciatura.

REFERÊNCIAS

CAMARA JÚNIOR, João Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.